

verno Dutra impôs os sambas-enredo nacionais (embora consignado nos estatutos de 1934 da UES fora letra morta até então) e a sua «finalidade nacionalista» em 1948 (cf. Augras, 1998, p. 11). É sintomático que Fernandes desvalorize estes dois factos: ao primeiro apenas alude lateralmente e sobre o segundo nada diz.

Apesar de alguns pontos discutíveis e exageros de tom, o estudo de Fernandes é já um marco nos estudos sobre o Carnaval carioca, em particular, e nos estudos culturais, em geral, precisamente por recolocar de modo brilhante a questão da cultura popular e da sua autonomia relativa, por retirar o povo do anonimato e destacar a autoria de algumas das suas individualidades e por analisar detalhadamente os complexos mecanismos de trocas culturais. Além disso, a polémica construtiva é sempre saudável, ajuda a esclarecer as ideias e a melhorar futuros estudos. E, ainda por cima, ela é tão rara que mais vale pecar por excesso do que por defeito.

DANIEL MELO

*Manuela Ivone Cunha, Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, prefácio de Miguel Vale de Almeida, Lisboa, Fim de Século, 2002, 356 páginas.

200 Dois têm sido os esquemas que têm articulado a produção do conhe-

cimento antropológico. O primeiro é o da distância/proximidade. No passado, o próprio da antropologia era o estudo de povos ou gentes *distantes*. O objectivo final do estudo etnográfico, dependendo da vontade do autor, podia consistir em aproximar-nos dessa gente distante ou, pelo contrário, em documentar os seus estranhos costumes e ampliar desse modo o abismo cultural entre *eles* e *nós*. A geografia da modernidade modificou este esquema, uma vez que no mundo contemporâneo as distâncias culturais já não têm de ser acompanhadas por distâncias físicas. A antropologia, contudo, continua a ser o estudo das distâncias e proximidades que unem e separam os seres humanos.

O segundo esquema é o de encerramento/fluxo. Segundo este esquema, o objecto de estudo da antropologia é um objecto mais ou menos fechado em si mesmo: «etnias», «tribos», «povos», etc.; em todo o caso, grupos sociais muito claramente delimitados. Se bem que tenham existido estudos clássicos que introduziram o fluxo na análise antropológica (citamos, por exemplo, os trabalhos de Eric Wolf), é forçoso admitir que, no passado, a antropologia foi mais um estudo do *encerramento* do que do *fluxo*.

O estudo etnográfico da Manuela Ivone Cunha inscreve-se plenamente nestes esquemas de conhecimento, ao mesmo tempo que contribui para a sua reformulação. Por um lado, o seu objecto de estudo é simultaneamente *próximo* e *distante*: um esta-

belecimento penitenciário de mulheres. Objecto próximo, pois todos nós já vimos algum desses estabelecimentos, pelo menos do exterior. Objecto distante, já que poucos penetraram no seu interior. Para o observador externo, tudo o que é possível ver-se de um estabelecimento prisional é um muro intransponível, cujo interior parece não poder ter continuidade nem contiguidade com o exterior. Por outro lado, o objecto de estudo de Cunha é um mundo que parece perfeitamente encerrado em si mesmo, com limites precisos e muito bem traçados: o muro de cimento que o delimita. De certa maneira, sem dúvida, a prisão oferece o ideal de todos os antropólogos. Nem sequer os nuer apresentavam limites tão precisos!

Contudo, a uma antropologia do encerramento vem agora opor-se uma antropologia do fluxo ou, pelo menos, de uma dialéctica entre o fluxo e o encerramento<sup>1</sup>. Hoje sabemos, por exemplo, que os nuer não vivem encerrados na nuerlândia, como foram retratados numa primeira etnografia: há um fluxo entre eles e os seus vizinhos, vivem submetidos a um Estado centralizado, num mundo globalizante, etc. Mesmo as-

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, o livro de P. Gschiere e B. Meyer, *Globalisation and Identity: Dialectics of Flow and Closure*, Oxford, 1998. Veja-se também a crescente literatura sobre a antropologia da fronteira, na qual os autores insistem mais na fronteira como lugar de fluxo do que na fronteira como encerramento último ou como separação entre comunidades.

sim, as habitantes do estabelecimento prisional de mulheres de Tires, que constitui o *locus ethnographicus* do trabalho de Cunha, não vivem assim tão isoladas do exterior como precipitadamente nos sentiríamos induzidos a pensar. O muro intransponível que se vê de fora é muito mais poroso quando visto de dentro. À semelhança dos limites de uma etnia, após uma análise adequada, também os limites da prisão se diluem, surgindo em seu lugar um fluxo de informações, relações, conexões, parentescos, amizades. É como se existisse um princípio de incerteza metodológica: se centrarmos a nossa atenção na instituição em si — na prisão —, a sociedade na qual esta e os seus habitantes se inscrevem desaparece; se a centrarmos no fluxo entre o interior e o exterior, dilui-se o que parecia ser um intransponível muro de separação. Ao optar por uma estratégia metodológica centrada neste fluxo (estratégia que é já clara no título da monografia), Manuela Ivone Cunha não apenas se assume contra a percepção popular de quem não vê mais do que o muro da prisão, mas também contra uma legião de estudos de prisão que, na sua maioria, subscrevem o modelo goffmaniano que entende a prisão como uma «instituição total», claramente separada do mundo exterior, ou, pelo menos, claramente *separável* para efeitos analíticos. Mas a opção metodológica não consiste apenas em escolher entre o fluxo e a instituição, mas também em encontrar os instrumentos de estudo apropriados. Só o método etnográfico

co poderia oferecer a Cunha o instrumento para estudar este fluxo, centrando-se quer nos relatos das suas interlocutoras (principalmente sobre a venda de drogas em bairros habitacionais), quer nas grandes dinâmicas do tráfico nos bairros. Como afirma a autora, só uma análise que seja simultaneamente um *microscópio* para estudar os pormenores e um *telescópio* para ver os problemas no seu contexto mais amplo permite chegar a uma imagem precisa do objecto estudado.

Do ponto de vista externo, a prisão é frequentemente entendida como um mundo marginal, «liminal», ou seja, um mundo no qual se interrompe uma temporalidade e uma estrutura social para recolocar os indivíduos numa temporalidade alternativa e numa «antiestrutura», para utilizar o conceito de Victor Turner, o primeiro autor que encorajou os antropólogos a estudarem de dentro as fases liminais da vida social, por muito ocultas que estas pudessem ser. Para os indivíduos de fora, na prisão o tempo social permanece colocado entre parênteses; a vida num estabelecimento prisional é uma obscura incógnita cujos pormenores desconhecemos por completo. São célebres as palavras com que frei Luis de León, o escritor espanhol do século de ouro, retomou as suas aulas universitárias depois de cinco anos de vida na prisão: «Como dizíamos ontem...» Para o indivíduo que sai da prisão, o urgente é retomar a temporalidade social pública, voltar a situar-se na pessoa social que era

antes do ingresso na prisão. Na arena pública, o tempo passado *dentro*, bem como a personalidade do recluso, são alvo de uma negação, tal como é negada, na fase liminal dos ritos iniciáticos, a pessoa social dos indivíduos iniciados.

Mas o tempo, objectivamente falando, não se detém, por muito que, subjectivamente, possa ser vivido de diferentes maneiras. Graças a uma minuciosa observação participante, Manuela Ivone Cunha mostra-nos como é vivido o tempo prisional pelas detidas de Tires, não em *ruptura*, mas antes em *continuidade* com o tempo pré-prisional e com as aspirações futuras. As estruturas cognitivas espaço-temporais não desaparecem, assim como não desaparece a estrutura social em que se inscrevem os indivíduos, se bem que, evidentemente, se modifiquem as percepções de tempo vivido, do corpo, do espaço, da pessoa. Parece-me muito interessante, em particular, a análise que a autora realiza das tatuagens, que inscrevem no corpo a espacialidade pré-prisional, modelando uma pele que é simultaneamente individual e social, que individualiza as pessoas e, ao mesmo tempo, as une em grupos simbólicos que reconstituem linhas pré-prisionais. Desta forma, a análise da dialéctica entre o encerramento e o fluxo estende-se desde a instituição até aos próprios corpos das reclusas, num exemplo quase paradigmático de complexidade etnográfica. Poucos estudos conseguem integrar de modo tão elegante os diferentes níveis analíticos da observação. Há que

assinalar, evidentemente, que a análise de Cunha não se restringe às detidas e às suas relações no mundo exterior, mas inclui também o pessoal do estabelecimento penitenciário, as problemáticas relações que mantêm com as detidas e os modelos culturais com que se aproximam delas.

O mundo presidiário surge-nos assim como um mundo com uma lógica cultural própria, mas não, em absoluto, como um mundo alheio ao exterior. É um mundo povoado por pessoas com preocupações humanas muito semelhantes às daqueles que vivem no exterior, se bem que tenham também, evidentemente, preocupações próprias da sua condição, preocupações que, graças ao trabalho da etnógrafa (uma autêntica *trickster* que, à semelhança da personagem do romance de Marcel Aymé *Le passe-muraille*, consegue passar de um lado ao outro do grosso muro como se este não existisse), se tornam inteiramente compreensíveis para o leitor. Se o trabalho do antropólogo é aproximar-nos do «outro» distante, Manuela Ivone Cunha pode sentir realmente cumprido o seu objectivo, pois em momento nenhum as detidas de Tires se nos apresentam como realmente «outras». Ao longo do livro de Cunha vão sendo convocadas as palavras das suas interlocutoras, bem como as de um riquíssimo exército de literatura especializada sobre a prisão (ou sobre o tempo, ou sobre o corpo, ou sobre a família, ou sobre o crime, ou sobre qualquer que seja o tema; Cunha rejeita o reducionismo que representa-

ria a análise do seu riquíssimo material empírico do ponto de vista de uma só subdisciplina, dialogando com plena competência com autores de uma grande variedade delas). De *trickster* mensageira entre mundos separados, a autora passa a ser *médium* através de cujo lápis nos vão falando as muitas vozes de «nativas» e de especialistas. A autora evita dois problemas da antropologia actual: por um lado, o dos antropólogos que parecem conhecer melhor do que as pessoas sobre quem escrevem quais são os problemas destas, a estrutura que os submete e a agencialidade com que resistem: são antropólogos que escrevem *sobre* alguém, que falam em voz mais alta do que a dos seus interlocutores ou, como eles afirmam, dos seus «informantes». Por outro lado, o problema dos pós-modernos que acreditam que a sua missão é registar um concerto de *multiple voices* (ou de *speaking in tongues*, como afirmava astuciosamente Ernst Gellner) desestruturado e, em última instância, relativista. À medida que vão sendo invocadas, as vozes destas mulheres, rigorosamente seleccionadas (é óbvio que vemos apenas a ponta de um imenso icebergue etnográfico), põem em relevo uma estrutura e uma agencialidade que dependem de lógicas internas e também — e talvez seja este o aspecto mais interessante da obra — de determinadas lógicas sociais externas. A prisão não é um mundo alheio ao exterior. Os problemas que aí se concentram são problemas de todos nós. As palavras com que se vai entretecendo este texto (maravi-

lhosamente tecido por Manuela Ivone Cunha, que, além de *médium*, é uma extraordinária costureira) são fios que transcendem os recintos onde permanecem encerradas as mulheres que as proferiram. O tecido agrupa parentes, dentro e fora da prisão, amigos, o bairro do qual procedem as detidas e as tristes condições em que vivem. São palavras que tecem um mundo, o mundo que partilhamos e em que todos habitamos, com os seus graves problemas, as suas patéticas soluções e as suas incorrigíveis injustiças.

RAMON SARRÓ

*V. Xavier Pintado, Structure and Growth of the Portuguese Economy*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

O livro do Prof. Xavier Pintado, publicado em 1964 e agora reeditado pelo Instituto de Ciências Sociais, foi uma obra pioneira no estudo da economia portuguesa. É verdade que antes dele já tinham aparecido trabalhos valiosos sobre a economia nacional. Mas os de maior destaque tratavam apenas aspectos sectoriais (como os de Ferreira Dias e os do II Congresso da Indústria sobre o sector industrial e os de Henrique de Barros e E. Castro Caldas sobre a agricultura) ou concentravam-se na

análise estrutural, sem tratarem do crescimento económico (como o de F. Pereira de Moura, L. M. Teixeira Pinto e M. Jacinto Nunes sobre a estrutura da economia portuguesa).

A obra de Xavier Pintado foi das primeiras a aproveitarem as estatísticas de contabilidade nacional, que então tinham aparecido há pouco tempo. Foi a primeira em que se combinou a análise da estrutura existente e do crescimento registado com a discussão das políticas mais relevantes para cada um dos sectores estudados — a agricultura, a indústria e o comércio externo. Uma outra das suas inovações importantes foi a de recorrer abundantemente a comparações com países da Europa meridional, na senda do que vinha sendo feito em estudos da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, nomeadamente nos seus relatórios de 1953 e 1959.

Na data em que foi publicado o seu estudo, Xavier Pintado tinha de se concentrar sobre a década de 1950. A economia portuguesa tinha crescido nessa década a um ritmo mais acelerado do que em qualquer outra década anterior da história nacional. Não se podia, porém, dizer que esse ritmo tivesse sido brilhante em comparação com o que então aconteceu nos países do Sul da Europa e mesmo em muitos dos do Norte e Centro. No princípio dos anos 60, as economias europeias estavam a sair do chamado «período de prata» do crescimento económico e a entrar no «período de ouro», que se estendeu até 1973. Neste último